

Revista de Ensino de Geografia

ISSN 2179-4510

www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br

Publicação semestral do Laboratório de Ensino de Geografia – LEGEO

Instituto de Geografia – IG

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

RELATO DE EXPERIÊNCIA E PRÁTICA

REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA COM DOCENTES DE GEOGRAFIA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA-MG

Elisângela de Azevedo Silva Rodrigues¹

RESUMO

A Lei n. 9394, de 20 de setembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), entre outros aspectos, dispôs a formação dos professores dotados de formação acadêmica, visando o seu aperfeiçoamento pessoal e profissional. A formação contínua visa o aperfeiçoamento dos saberes, das técnicas, das atitudes necessárias ao exercício da profissão de professor. Neste contexto, muitos desafios têm sido enfrentados pelo professor no século XXI frente a uma sociedade em contínua mudança e que apresenta novas exigências. O que vem tornando progressivamente mais necessária a reflexão das práticas profissionais.

Este trabalho teve como objetivo refletir com os professores de Geografia da rede municipal de ensino de Uberlândia-MG a formação continuada no Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE). As informações foram obtidas através de pesquisa descritiva qualitativa que utilizou como instrumento de coleta de dados um questionário aplicado a professores que trabalham com alunos de 6^a a 9^a ano do Ensino Fundamental. Os professores participantes da pesquisa entendem que a reflexão sobre a formação profissional e a formação contínua oferecida pelo CEMEPE são fundamentais para a melhoria das práticas profissionais, sugerindo-se ainda alternativas para uma aprendizagem de melhor qualidade.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Formação continuada. Reflexão. CEMEPE.

¹ Professora de Geografia no Ensino Fundamental na Prefeitura Municipal de Uberlândia. Licenciada, bacharel, mestrado e doutora em Geografia pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: elisangelarodrigues@yahoo.com.br

1 ENSINO DA GEOGRAFIA NO BRASIL

No Brasil o ensino de Geografia passou a ser ministrado nos estabelecimentos educacionais após o século XIX. Até então, o objetivo primário da educação era a construção de uma ideologia de nacionalismo.

No período Colônia, a educação foi ministrada pelos jesuítas de forma diferenciada para os índios e a elite brasileira. Para os primeiros com o objetivo de catequizar os indígenas na educação cristã, enquanto que, para as crianças da elite brasileira com o intuito de formação para um sentimento nacionalista, como afirma Carvalho (1990):

No início da República, inexistia tal sentimento. Havia, sem dúvida, alguns elementos que em geral fazem parte de uma identidade, como a unidade da língua, da religião e mesmo a unidade política. A guerra contra o Paraguai na década de 1860 produzira, é certo, um início de sentimento nacional. Mas fora muito limitado pelas complicações impostas pela escravidão. Era geral a resistência ao recrutamento e muitos libertavam seus escravos para lutar em seu lugar.

Neste período, os jesuítas foram os responsáveis pela educação formal no país, eram priorizadas a aprendizagem da leitura, dos idiomas latim e grego, enquanto que o ensino de disciplinas como Geografia estavam previstos na grade curricular, o que se denominava o ensino erudito, pelo fato da Geografia ser ensinada juntamente com a prática da leitura, sendo introduzida como forma de exemplificar os comentários dos autores clássicos (FRANÇA, 1952).

O perfil da escolarização no período da Primeira República demonstra que a escola primária era frequentada pela população pobre, mestiça e negra, enquanto que a elite branca nesse período privilegiava a educação doméstica, de acordo com Veiga (2007):

Em síntese, pode-se afirmar que a oferta de ensino secundário era vasta e diferenciada e que ele se destinava fundamentalmente aos filhos da elite, quer para ocuparem cargos político-administrativos, quer para ingressarem nos cursos superiores. A preferência dos estudantes recaía geralmente no estudo das letras, em detrimento da ciência. (Veiga, 2007, p.188).

Na década de 1950, as pesquisas sobre as disciplinas escolares desenvolveram-se principalmente na França, Inglaterra, Portugal, México, Canadá e Brasil, sendo o Ensino de Geografia influenciado pelas teorias europeias, principalmente alemãs e francesas, mas também era adaptado e reinventado no contexto brasileiro, com o objetivo de formação cívica patriótica (BITTENCOURT, 2003, p. 15).

No Brasil, durante a ditadura militar, com várias reformulações curriculares ocorridas, de caráter notadamente ideológico, algumas disciplinas como “Educação Moral e Cívica”, “Organização Social e Política do Brasil”, foram questionadas pois, inquiriram conteúdos ideológicos implícitos, como a obrigatoriedade do hino Nacional no verso dos livros de disciplinas tradicionais como a Geografia e a História.

A década de 1980 foi um período importante do processo de redemocratização brasileira, quando surgiram diversas indagações dos professores a respeito do currículo e dos conteúdos específicos. Período este em que se instituiu o ensino laico e as reformas procuraram incorporar os debates educacionais e pedagógicos com intuito da transformação social. O texto constitucional de 1988 assegurou a educação como um direito social, como um direito de todos e um dever do Estado e da família. Aliado a isso, também se discutia sobre a necessidade da formação do professor em múltiplas dimensões, pessoal, histórica, política e social (Brasil, 2015).

A Lei n. 9394, de 20 de setembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), entre outros aspectos, dispôs que a formação de docentes para atuar na educação básica seria em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996, Art. 62.)

A LDB adotou os termos formação de profissionais da educação e formação de docentes, ressaltando a importância da promoção do aperfeiçoamento continuado por meio dos sistemas de ensino, de acordo com Formosinho (1991, p. 237), a formação dos professores dotados de formação inicial profissional, visa o seu aperfeiçoamento pessoal e profissional. A formação contínua visa o aperfeiçoamento dos saberes, das técnicas, das atitudes necessárias ao exercício da profissão de professor.

2 O CEMEPE E A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA

O Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE) é uma Instituição vinculada à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Uberlândia-MG. Este Centro de Estudos foi idealizado por profissionais da Educação com o objetivo de desenvolver programas e projetos de estudos, pesquisa e intervenção pedagógica no cotidiano das unidades escolares, nos espaços das salas de aula e demais espaços educativos. Oficializado pela Secretaria Municipal de Educação por meio do Decreto Nº

5338, em 15/10/1992, esforços foram concentrados para sua implementação e, com o Decreto nº. 14.035 de 29 de abril de 2013, tornam-se efetivas as ações educacionais que possibilitarão incentivar a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. A partir das demandas formativas, o CEMEPE cumpre sua função de agir para a melhoria da qualidade do ensino e superação das dificuldades identificadas no contexto educativo (CEMEPE, 2015).

No ano de 1996 foi construído o complexo educacional da Universidade da Criança, que incluía a Escola Municipal Otávio Batista Coelho juntamente com o novo prédio do CEMEPE – o centro de formação e de atualização dos profissionais na área da educação.

Desta forma, neste espaço foram criados vários núcleos de estudo no CEMEPE, dentre eles, o NEF (Núcleo de Ensino Fundamental) com o objetivo de promover a capacitação para docentes do ensino fundamental, resgatando paradigmas epistemológicos, as experiências e as práticas pedagógicas nas diversas áreas do conhecimento; e produzir materiais pedagógicos nas diferentes áreas constitutivas do ensino fundamental (CEMEPE, 2015).

A Rede Municipal de Uberlândia começou a preparar uma Proposta Curricular para diversas disciplinas do Ensino Fundamental em 1994. Com um grupo de professores que seriam responsáveis pela discussão e elaboração das propostas de âmbitos interno e externo metodológico e dos conteúdos programáticos por série, deu início a propostas curriculares para serem implementadas em todas as escolas municipais de Uberlândia.

Com a Lei 11.264/06 que estabelecia o Ensino Fundamental de 9 anos, a Lei 10.639/06 que já tinha como fundamento o ensino da história e cultura afro-brasileiras, a Lei 11.645 que inclui o estudo da cultura indígena e a Lei 10.933/04 que regulamenta o programa de inclusão digital, e a implementação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei 8.069/90, colocam-se outras questões associadas com as transformações geopolíticas e a importância das questões ambientais.

A proposta curricular de Geografia foi finalizada, em primeiro momento, em 1997. Nos anos 2002/2003 foram realizados estudos referentes à Geografia com revisão e atualização da metodologia e avaliação dos conteúdos disciplinares de 1º ao 9º ano do ensino fundamental, resultando no documento Diretrizes Básicas de Ensino de Geografia.

A partir de 1996, com a criação da LDB (Leis de Diretrizes e Bases), ocorreram mudanças significativas na educação brasileira, como o surgimento dos PCNS e novas leis.

Nestas perspectivas de contextos, no 2º Semestre de 2009 iniciou-se na Rede Municipal de Ensino a reformulação das Diretrizes Curriculares. As Diretrizes Municipais para o Ensino de Geografia têm na sua base curricular para o planejamento de 2015 o trabalho

dos temas transversais: Ética/ Pluralidade Cultura, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Atendimento a Legislação, Cultura Afro-brasileira, Cultura Indígena, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e carecem de apoio pedagógico para o desenvolvimento destes temas.

A Carta Rede Pública Municipal nº 11.444, de 2013, pelo Direito de Ensinar e de Aprender, consiste em uma forma de atuação conjunta de instituições que desenvolvam atividades relacionadas à educação, capazes de agir em cooperação e de estabelecer relações pautadas na autonomia, na complementaridade, na horizontalidade e no interesse comum de contribuir para garantir o direito aos alunos à educação pública, gratuita, laica, democrática, popular e qualificada socialmente.

A formação contínua do curso de Geografia contempla a Instrução Normativa/SME 004/2014, como:

a) elaborar coletivamente os temas a serem trabalhados durante o ano, de acordo com as demandas apresentadas pelos professores da disciplina de Geografia e, a partir do diagnóstico dos resultados educacionais das unidades escolares;

b) realizar visitas periódicas às escolas, visando atender as necessidades de cada unidade escolar, visitas estas realizadas através de zoneamento;

c) incentivar o ensino mediado com o uso das tecnologias de mídias às escolas através de treinamentos que possibilitem ao professor utilizar os laboratórios de ciências, de informática e as diversas ferramentas da rede municipal como: computador, Data show, vídeos, DVD, TV, máquinas fotográficas, transformando-os em ferramentas para a aprendizagem e construção de novas práticas de conhecimento;

d) proporcionar ao professor momentos de interação das diversidades trabalhadas de acordo com a realidade de cada escola, com troca de experiências;

e) replicar os projetos bem sucedidos como forma de modelo para toda a rede através da elaboração de um espaço para a publicação de cada projeto realizado com sucesso para ser utilizado como fonte de pesquisa e de troca de experiências entre os professores, possibilitando o acesso a novas ideias e valorizando o trabalho realizado de diversas formas.

Atualmente, a formação continuada se fundamenta em encontros, a princípio, com periodicidade mensal no CEMEPE realizados no dia e horário do módulo. Este intervalo entre os encontros viabiliza a coleta de considerável volume de informações e tabulação das demandas dos professores constituindo tempo suficiente para a preparação dos temas a serem trabalhados na formação continuada.

3 OBJETIVO GERAL E METODOLOGIA

Este trabalho teve como objetivo refletir com os professores de Geografia da rede municipal de ensino a formação continuada no Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE), no ano de 2015.

O presente foi realizado através de pesquisa descritiva qualitativa que utilizou como instrumento de coleta de dados um questionário aplicado a 31 professores de Geografia da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia-mg que trabalham com alunos de 6^a a 9^a ano do Ensino Fundamental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No questionário os professores responderam a perguntas fechadas sobre o perfil do professor e uma aberta sobre sugestão para contribuir na melhoria da formação oferecida pelo CEMEPE.

As questões fechadas trataram sobre a formação acadêmica e, dos que responderam ao questionário, 25,8% possuíam formação em nível superior com graduação (licenciatura); 58,06% fizeram especialização e 9,68% o mestrado, embora haja professores com doutorado em andamento (6,45%).

A frequência dos professores nos cursos e programas mostra o interesse de participarem desses momentos proporcionados a eles. Aproximadamente 90,32% dos professores entrevistados relataram que participaram de cursos e minicursos no período dos últimos dois anos com cargas horárias diferenciadas, mesmo porque a formação contínua constitui ainda condição de progressão na carreira.

O questionamento sobre o tempo de prática em sala de aula revela que 9,68% possuem 1 ano; 35,48% entre 2 a 5 anos; 12,9% entre 5 a 10 anos; 16,13% entre 10 a 15 anos; e 25,81% acima de 15 anos em sala de aula. A maioria, 67,74%, respondeu que trabalha em apenas uma escola, 22,58% em duas, 6,46% em três e 3,22% atuam em quatro escolas.

Quando perguntados a respeito das séries com maior dificuldade de lecionar, 57% dizem não ter dificuldades com nenhuma série específica, 33% apontou o 6º ano e 10% apresentam dificuldade com o 9º ano.

A questão aberta propunha que apresentassem sugestões e novas possibilidades para a melhoria da formação continuada. Os professores participantes da pesquisa entendem que a

reflexão sobre a formação profissional e da formação contínua oferecida pelo CEMEPE são fundamentais para a melhoria das práticas profissionais, sugerindo-se ainda alternativas para uma aprendizagem de melhor qualidade.

Dentre as alternativas para melhorar a qualidade do ensino, nos dados coletados, sobressai quase que em todas as respostas um consenso discursivo em relação ao que os professores almejam como proposta de formação. Salienta-se que, a partir das propostas levantadas pelos professores, pode-se fazer uma reflexão sobre as práticas de formação apontando 3 modelos: transmissivo, experiencial e centrado na análise (FERRY, 1991).

O modelo transmissivo é aquele orientado para aquisições da subjetividade dos sujeitos mediante sua participação em conferências, palestras e cursos. Os resultados da entrevista apontam que as políticas de formação se centram em práticas vistas como “clássicas” (CANDAU, 1997), ou seja, em cursos preparados por especialistas para aprimorar os saberes e as práticas docentes. Alguns autores, como Imbernon (2010), Sztajn, Bonamino e Franto (2003), Fullan (1995) e Candau (1997) criticam este tipo de formação considerando-a basicamente instrumental.

Outro modelo de formação citado pelos professores foi o experiencial, que é aquele que valoriza os sujeitos e as suas experiências. Nesta perspectiva, os professores propuseram: rodas de conversa, minicursos, trocas de experiência, práticas pedagógicas (oficinas) de temas diferenciados e interessantes com a formação contínua voltada à práxis vivenciada em sala de aula; elaboração de estratégias a partir das experiências que já proveram resultados dentro da área de Geografia, bem como apontar as contingências no decorrer das atividades para auxiliar os professores em sua trajetória de forma construtiva; a realização de um simpósio para professores de Geografia do município de Uberlândia com minicursos e posteriormente com a publicação dos trabalhos como forma a enriquecer o currículo do professor; a criação de uma videoteca com filmes e documentários como material de apoio para empréstimo para o professor ou para as escolas; o cadastramento dos professores de Geografia nas redes sociais/e-mails da rede municipal de ensino. Outras alternativas que solicitaram foi a participação nas escolas no desenvolvimento dos projetos e levar os resultados bem sucedidos a todas as escolas da rede, com a proposta de crescimento da área e a renovação de saberes do professor, criando um momento específico para este tipo de evento a fim de valorizar os trabalhos desenvolvidos; replicar os projetos/estratégias como modelos para toda a rede através da elaboração de um espaço de divulgação para ser utilizado como fonte de pesquisa possibilitando o acesso a novas ideias e valorizando o trabalho docente realizado de diversas formas; abordar algum assunto ou vários assuntos teóricos associando a um trabalho de

campo; a confecção de materiais didáticos de Geografia; Ensino de Geografia para a EJA (Educação Jovens e Adultos).

O terceiro modelo de formação que pode ser percebido é o centrado na análise, desta forma, os professores participantes da pesquisa entendem que a formação continuada precisa de planejamento e estar pautada em documentos como: a Carta - Rede Direito de Ensinar e Aprender, Decreto número 10.035 de 29-04-2013 que dispõe sobre os programas e projetos de pesquisa e intervenção, as Diretrizes Curriculares Municipais e ao Plano Municipal de Educação 2015-2025 (CEMEPE, 2015).

Conclui-se que, sobretudo, se deve refletir coletivamente sobre os assuntos relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, à avaliação, ao currículo, aos materiais didáticos e pedagógicos e, ainda, às questões de caráter disciplinar e ético, respeitando a especificidade da realidade da unidade escolar.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. M. F. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer (orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. **Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDBEN). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

CANDAU, V. M. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Magistério**: construção cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 51-68.

CARTA REDE PÚBLICA MUNICIPAL N° 11.444, DE 2013. Disponível em:
<http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/9241.pdf>. Acesso em 4 de agosto de 2105.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CEMEPE. Centro Municipal de Estudos e Pesquisas Educacionais Julieta Diniz. **Sobre** [o CEMEPE]. Secretaria Municipal de Educação. Uberlândia-MG. Disponível em:
<<http://cemape.ntecemepe.com/sobre>>. Acesso em 4 de agosto de 2105.

FERRY, G. **El trayecto de la formación:** los enseñantes entre la teoría y la práctica. Barcelona: Paidós, 1991.

FORMOSINHO, J. Modelos organizacionais de formação contínua de professores. In: **Formação contínua de professores:** realidades e perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991, p. 237-257.

FRANÇA, L. **O método pedagógico dos jesuítas:** o "Ratio Studiorum". Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FULLAN, M. **Change forces with a vengeance.** London: Falmer, 1993.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores.** Lisboa: Porto Alegre: Artmed, 2010.

UBERLÂNDIA (Município). **Decreto nº 14.035, de 29 de abril de 2013.** Dispõe sobre os programas e projetos de estudos, pesquisas e intervenções do CEMPE [...] e os respectivos núcleos de trabalho de vinculação de cada projeto. Diário Oficial do Município, n. 4143, 30 de abril de 2013, p. 5-7. Uberlândia-MG. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/4143.pdf>>. Acesso em 4 de agosto de 2105.

_____. **Diretrizes curriculares municipais.** Uberlândia-MG: Secretaria Municipal de Educação, 2005.

_____. **Lei nº 12.209, de 26 de junho de 2015 que aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025 e dá outras providências.** Diário Oficial do Município, Uberlândia, MG, 26 de jun. de 2015.

VEIGA, C. G. **História da Educação.** São Paulo: Ática, 2007.

TAJN, P.; BONAMINO, A.; FRANCO, C. Formação docente nos surveys de avaliação educacional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 11-39, mar. 2003.

Recebido 04/03/2019.
Aceito em 18/11/2019.